

A MISERICÓRDIA NA AMAZÔNIA

O cuidado da criação e o cuidado dos povos originários

Francisco Xavier Martínez
javenseg1@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo chama a atenção sobre a importância e urgência da misericórdia na situação do mundo de hoje. Desde o contexto amazônico, orientados pelo exemplo do papa Francisco de unir ao grito dos pobres o grito da terra, contextualizamos a misericórdia como cuidado da criação e cuidado dos povos originários e culturas tradicionais. Num primeiro momento se descreve a rica biodiversidade amazônica e a importância de sua contribuição para o planeta todo. Se analisam os fatores que continuam promovendo o acelerado processo de destruição da floresta com a conseguinte ameaça para o já fragilizado equilíbrio ecológico da nossa Casa Comum. Num segundo momento o olhar se dirige aos povos originários, evidenciando a injustiça histórica cometida contra estes povos e mostrando a trágica situação atual. Na conclusão se reafirma a importância do “diálogo” para contextualizar a missão, escutando os apelos que vem da realidade mais ferida e deixando enriquecer a espiritualidade desde o chão e história amazônicos, configurando assim uma espiritualidade que vira paradigmática para o mundo de hoje: nova reverência ante a vida, cuidado da criação e defesa da justiça e da paz no contexto de uma aldeia global para “fazer do mundo uma só família” segundo a inspiração do nosso fundador São Guido Maria Conforti.

ABSTRACT: This article pays attention to the importance and urgency of mercy with the current situation of today's world. From the context of the Amazon region, and guided by the example of Pope Francis to unite the scream of the poor with the cry of the earth, we contextualize mercy with care for the creation, and care of the original people and traditional cultures. First of all it describes the rich Amazonian biodiversity and the importance of its contribution throughout the planet. It analyzes the factors that continue to promote the accelerated process of destruction of the forest with the consequent threat to the already fragile ecological balance of our common home. Secondly, it looks at the aspect of the native people, which demonstrates the historical injustice committed against them, and shows the current tragic situation. The conclusion reaffirms the importance

of “dialogue” in order to contextualize the mission, listening the callings of the invitations that come from the most wounded reality, and letting enrich spirituality from Amazonian history, thus creating a spirituality which becomes a paradigm for today’s World: a new respect for life, the care for the creation and the defense of justice and peace in the global village context, so to “make the world a single family”, according to the inspiration of our founder San Guido Maria Conforti.

INTRODUÇÃO

No dia 8 de dezembro de 2015 o papa Francisco deu início ao Ano Santo da Misericórdia que se prolongaria até o 20 de novembro de 2016. É o desejo do papa Francisco que “os anos futuros sejam permeados de misericórdia para ir ao encontro de todas as pessoas levando-lhes a bondade e a ternura de Deus! A todos, crentes e afastados, possa chegar o bálsamo da misericórdia como sinal do Reino de Deus já presente no meio de nós.”¹ Pra ele este é o tempo da misericórdia, “a nossa época é um kairós de misericórdia, um tempo oportuno [...] a Igreja mostra o seu rosto materno, o seu rosto de mãe à humanidade ferida”.²

Desde um contexto europeu se reconhecia e constatava como “a misericórdia, que é tão fundamental na *Bíblia*, ou caiu largamente no esquecimento na teologia sistemática, ou é tratada apenas de uma forma muito pouco cuidada”.³ Na teologia latino-americana o tema da misericórdia esteve mais presente e com reflexões bem aprofundadas como o demonstra a obra de Jon Sobrino, “*El principio-misericórdia. Bajar de la cruz a los pueblos crucificados*”, publicada em 1992.

¹ FRANCISCO. *Misericordiae Vultus*. O rosto da misericórdia. Bula de Proclamação do Jubileu Extraordinário da Misericórdia. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

² FRANCISCO. *O nome de Deus é misericórdia*. Uma conversa com Andrea Tornielli. São Paulo: Editora Planeta, 2016, p. 35.

³ KASPER W. *A misericórdia*. Condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã. São Paulo: Edições Loyola, 2ª ed. 2015, p. 9.

Nós missionários podemos olhar a missão *ad gentes* como uma grande, imensa obra de misericórdia. Em virtude do mandato missionário, a Igreja tem a missão de anunciar a misericórdia de Deus, “em todos os cantos da terra, até alcançar a toda mulher, homem, idoso, jovem e criança”.⁴ A missão adquire tonalidades, apelos, rostos diferentes dependendo do lugar, do chão onde se contextualiza e encarna.

A misericórdia, que etimologicamente quer dizer ter o coração (*cors*) com os pobres (*miseri*), ter um coração compassivo, junto com seus matizes bíblicos e teológicos, parece ser não só necessária mas urgente na situação do mundo de hoje. Ante as inquietações da situação atual, ou crise civilizacional como a definem outros teóricos⁵, papa Francisco na encíclica “*Laudato Si*” propõe uma “cultura ecológica” que se traduz numa cultura do cuidado, num novo paradigma do cuidado (*LS 231*).

O cuidado é tão ancestral como o universo. Tudo o que existe e vive precisa ser cuidado para continuar a existir e a viver: uma planta, um animal, uma criança, um idoso, o planeta Terra. A essência humana, segundo uma tradição filosófica que vem do escravo Higino, bibliotecário de César Augusto, que nos legou a famosa fábula do cuidado até Martin Heidegger, o filósofo, reside justamente no cuidado. Sem cuidado nada do que está vivo, sobrevive.⁶

Nós, neste contexto amazônico, orientados pelo exemplo de papa Francisco de unir ao grito dos pobres o grito da terra, queremos contextualizar a misericórdia como cuidado da criação e cuidado dos povos originários e culturas tradicionais.

⁴ *Mensagem do papa Francisco para o Dia Mundial das Missões*, 23 de outubro de 2016.

⁵ Cf. BOFF, L. *El planeta Tierra: crisis, falsas soluciones, alternativas*. Madrid: Nueva Utopía, 2011.

⁶ Cf. BOFF, L. *Saber cuidar. Ética do humano-compaixão pela terra*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 20 ed. 2014, pp. 37-45.

I. O CUIDADO COM A CRIAÇÃO

Os bispos latino-americanos reunidos em Aparecida para a V Conferência Geral do Episcopado, afirmam, “*como discípulos de Jesus, sentimo-nos convidados a dar graças pelo dom da criação, reflexo da sabedoria e beleza do Lógos criador*”. Eles querem destacar a responsabilidade do homem e da mulher,

o Deus da vida confiou ao ser humano sua obra criadora para que a cultivasse e a guardasse (Gn 2, 15) [...] As criaturas do Pai dão glória com sua existência mesma, e por isso o ser humano deve fazer uso delas com cuidado e delicadeza. (DAp 470)

Na encíclica “Laudato Si’”, o papa Francisco dedica todo um capítulo ao “Evangelho da Criação”, mostrando a sabedoria das narrações bíblicas e desentranhando o mistério do universo onde toda a natureza, além de manifestar Deus, é lugar de sua presença:

assim, as criaturas deste mundo já não nos aparecem como uma realidade meramente natural, porque o Ressuscitado as envolve misteriosamente e guia para um destino de plenitude. As próprias flores do campo e as aves que Ele, admirado, contemplou com os seus olhos humanos, agora estão cheias da sua presença luminosa. (LS 100)

Tanto o Documento de Aparecida como a encíclica “sobre o cuidado da casa comum”, chamam a atenção sobre a importância da Amazônia num contexto global (DAp 475; LS 38). Escreve Papa Francisco na Laudato Si’,

mencionemos, por exemplo, os pulmões do planeta repletos de biodiversidade, que são a Amazônia e a bacia fluvial do Congo, ou os grandes lençóis freáticos e os glaciares. A importância destes lugares para o conjunto do planeta e para o futuro da humanidade não se pode ignorar.

Diante dos grandes desafios atuais, como a grave crise social mundial originada pelo modo de produção capitalista, a mudança climática e a insustentabilidade da exploração da Terra, se impõe uma mudança de paradigma civilizacional, que implique uma nova relação de sinergia y de mutua pertença

entre a Terra e a humanidade, uma “*Ecologia integral*” segundo a proposta do Papa Francisco.⁷

A rica biodiversidade Amazônica

Biodiversidade é toda a variação de espécies e ecossistemas que existe no planeta. Ela inclui a variedade dentro das espécies, entre as espécies, dentro de ecossistemas e entre os ecossistemas. É esta enorme variação, resultado de bilhões de anos de evolução, que permite a nossa sobrevivência. Sem ela, não seríamos o que somos e sem ela não poderemos realizar todo o nosso potencial. A conexão homem-natureza é muito fácil de entender, pois basta um pouco de senso comum para compreender que o ar puro que ainda respiramos, a água que bebemos, parte da energia que consumimos e o alimento que comemos dependem inteiramente dos ecossistemas naturais que nos cercam. Em síntese, não é possível haver humanidade sem biodiversidade. A pesar de nossa dependência em relação à biodiversidade ser tão grande, continuamos a destruí-la a uma taxa nunca antes vista na história do planeta.

Segundo os especialistas, as florestas são consideradas os ecossistemas terrestres de maior diversidade biológica. Dentre os vários tipos de florestas existentes, as florestas tropicais úmidas – distribuídas pela América do Sul e Central, a África e a Ásia, correspondendo à cerca da metade da área total coberta por florestas no mundo – apresentam maior complexidade e maior riqueza de espécies, populações e microrganismos.⁸

⁷ Cf. MIRANDA M. A devastadora submissão de Gaia ao “Capitalceno”, a fase mais obscura do Antropoceno. Reportagem publicada pelo Instituto Humanitas Unisinos. Moema Miranda é antropóloga, integra a direção colegiada do Ibase, é membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/552951-a-devastadora-submissao-de-gaia-ao-capitalceno-a-fase-mais-obscura-antropoceno>. Acesso em: 30/09/2016.

⁸ Cf. ALBAGLI S. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. In: Parcerias estratégicas, 12 (2001) pp. 5-19. Disponível em: http://www.moelabs.org/b37/Seminarios_em_ri_II-Nilson_Cesar_Fraga/I_Semestre/Amazonia%20e%20Biodiversidade.pdf.

A Amazônia estende-se por uma área de cerca de sete milhões de quilômetros quadrados. Comparado com os outros dois maiores blocos de floresta tropical do planeta, a Amazônia é três vezes maior do que as florestas do Congo, na região central da África, e oito vezes maior do que as florestas da ilha de Nova Guiné. Atualmente, Amazônia representa 53% do que resta das florestas tropicais existentes no planeta.

Apesar da sua natureza florestal, a Amazônia não é somente floresta. Vários outros ecossistemas únicos existem na região, desde imensos campos sazonalmente alagados, até os mais bem protegidos manguezais do planeta. A região também abriga o maior e mais volumoso rio da terra. O Amazonas possui entre 6.500 e 6.800 km de extensão, drena cerca de 38% da América do Sul e é responsável por 15 a 16% da água doce que chega aos oceanos do mundo.⁹

Independentemente do ponto de vista que se adote, a Amazônia não é uma, mas várias. Por exemplo, do ponto de vista político, a Amazônia inclui territórios de nove países: Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Guiana, Suriname, França (representada pela Guiana Francesa) e Equador. Do ponto de vista biogeográfico, a Amazônia é composta de nove sub-regiões, ou áreas de endemismo, muito distantes: Guiana, Imeri, Jaú, Napo, Inambari, Rondônia, Tapajós, Xingu e Belém. As sub-regiões são como enormes “ilhas” de floresta separadas pelos grandes rios da região, cada qual abrigo um conjunto único de espécies.

Em nenhum lugar do mundo existem mais espécies de animais e de plantas do que na Amazônia, tanto em termos de espécies habitando a região como um todo (diversidade gama), como coexistindo num mesmo ponto (diversidade alfa). Entretanto, apesar da Amazônia ser a região de maior biodiversidade do planeta, apenas uma fração dessa biodiversidade é conhecida.

A riqueza da flora compreende aproximadamente 30.000 espécies, cerca de 10% das plantas de todo o planeta. São cerca

⁹ Para encontrar dados sobre a Floresta Amazônica acessar: www.floresta-amazonica.info.

de 5.000 espécies de árvores (maiores que 15cm de diâmetro), enquanto na América do Norte existem cerca de 650 espécies de árvores. A diversidade de árvores varia entre 40 e 300 espécies diferentes por hectare, enquanto na América do Norte varia entre 4 a 25.¹⁰

A Amazônia apresenta forte diversidade tanto dentro e entre espécies, como dentro e entre ecossistemas. A vasta heterogeneidade ambiental existente sob a aparente uniforme cobertura florestal ainda surpreende os cientistas. É esta grande variação em solo, topografia e clima que permite a manutenção de tantas espécies e ecossistemas. A heterogeneidade ambiental não é e nunca foi estática, mas varia ao longo do tempo, ao sabor das inúmeras mudanças geológicas que ocorreram e que ainda ocorrem no planeta. É o permanente estado de fluxo que fez com que a Amazônia se tornasse uma das mais poderosas fábricas de espécies e novidades evolutivas já existentes na história da Terra.

A biodiversidade amazônica contribui com serviços ambientais críticos para a região, para o continente e para o planeta. Dum ponto de vista global, além da importância da Amazônia para a proteção de parcela significativa da biodiversidade do planeta, a região também é importante para dois serviços essenciais: carbono e água.¹¹

Ameaças a biodiversidade

A Amazônia já perdeu cerca de 20% de sua vegetação original. Importante parte da conversão da floresta está concentrada no Brasil, principalmente nos Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia e Acre. Os 80% restantes estão divididos em

¹⁰ Para ver mais dados sobre flora e fauna Amazônicas: <http://www.marte.museu-goeldi.br/marcioayres>

¹¹ Cf. CARDOSO DA SILVA J.M. “A conservação da biodiversidade como estratégia competitiva para Amazônia no antropoceno”, em: OSIRIS M. ARAUJO- ALFREDO KINGO (org.), Pan-amazônia. Visão histórica, perspectivas de integração e crescimento. Manaus: FIEAM, 2015, p. 144.

dois grandes grupos: (a) as áreas protegidas (cerca de 50%) que incluem todas as unidades de conservação de uso direto e indireto, terras indígenas e outros espaços legalmente dedicados à conservação; (b) as áreas florestais não protegidas (cerca de 30%), que são as áreas de floresta, geralmente públicas, cujo destino ainda não foi estabelecido pelos governos nacionais.

Assumindo um cenário muito otimista no qual as áreas protegidas serão efetivamente implementadas e as populações tradicionais da região receberão apoio para manejar e manter a integridade de suas extensas terras, então o futuro da Amazônia como gigantesco sistema ecológico funcional será decidido pela alocação dos 30% de florestas ainda não protegidas. Se os 30% forem mantidos como florestas intactas ou sob algum tipo de manejo sustentável, então a Amazônia poderá continuar prestando os serviços ambientais que todos nós estamos acostumados a ver. Se os 30% forem convertidos em ecossistemas simplificados, corre-se o risco de que a região entre em colapso por meio das sinergias criadas entre mudanças climáticas globais, desmatamento e incêndios florestais, com consequências desastrosas para bilhões de pessoas ao redor do planeta. A América do Sul e o mundo precisam que entre 70 e 80% da Amazônia continuem sendo floresta, afirmam os cientistas.

A Amazônia brasileira continua enfrentando um acelerado processo de degradação da floresta.¹² A agropecuária continua ocupando enormes extensões de terra, com um modelo de produção, em geral antigo, que faz esta avançar sobre as matas deixando atrás enormes áreas abandonadas e devastadas.

A voracidade do setor do agronegócio não tem limites. No congresso, o lobby ruralista por mudanças na legislação ambiental conseguiu aprovar o novo Código Florestal, que concedeu anistia a quem desmatou ilegalmente e enfraqueceu a legislação. O objetivo é que mais áreas de floresta deem lugar a produção, principalmente de gado e de soja. E as taxas do desmatamen-

¹² Cf. Caderno CEMLA n. 3, pp. 43-51.

to continuam aumentando. O desmatamento em 2015 foi um 24% maior do que em 2014.¹³ Em 2016 a taxa de devastação foi um 29% superior à de 2015.¹⁴ Dados que questionam a capacidade do governo brasileiro em cumprir os acordos assinados nas Conferências Climáticas, sobre todo na última de Paris em dezembro de 2015.¹⁵

A exploração predatória e ilegal de madeira é outra das atividades que tem a ver com a degradação florestal. Além disso, ela causa inúmeros conflitos sociais, como ameaças e assassinatos de lideranças que lutam para proteger a floresta. Como se não bastasse, essa madeira chega aos mercados nacional e internacional como si fosse legal, por meio de um processo de “lavagem” que utiliza documentos oficiais para dar status de legalidade a madeira tirada de locais que não possuem autorização. Outros fatores que contribuem nesta degradação são a construção de grandes usinas hidrelétricas nos rios amazônicos, assim como a exploração mineral a grande escala feita por empresas e a garimpagem artesanal.

Num outro sentido a biopirataria constitui uma ameaça a biodiversidade. A biopirataria consiste na apropriação indevida de recursos diversos da fauna e flora, levando à monopolização dos conhecimentos das populações tradicionais no que se refere ao uso desses recursos. O termo “biopirataria” foi lançado na década dos anos de 1990 para alertar sobre o fato do conhecimento tradicional e dos recursos biológicos estarem sendo apanhados e patenteados por empresas multinacionais e instituições científicas. Esse conhecimento é coletivo, e não simplesmente uma mercadoria que se pode comercializar como qualquer objeto no mercado.

¹³ Para mais informações consultar o site, <http://www.observatoriodoclima.eco.br>.

¹⁴ Ver a reportagem publicada na web do Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/562954-desmatamento-na-amazonia-sobe-29-o-maior-em-8-anos>. Acesso em : 01/12/2016.

¹⁵ Ver o artigo de Marcio Santilli, sócio fundador do Instituto Socioambiental. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-pps/mudanca-climatica-sera-novo-7-x-1>. Acesso em: 07/10/2015.

Um caso histórico de biopirataria foi o contrabando de 70 000 sementes da árvore de seringueira, *Hevea brasiliensis*, da região de Santarém, no Pará, no ano de 1876, pelo inglês Henry Wickham. As sementes foram contrabandeadas para o Royal Botanic Garden, em Londres e daí, após seleção genética, levadas para a Malásia, África e outras destinações tropicais. Após algumas décadas, a Malásia passou a ser o principal exportador mundial de látex, prejudicando seriamente a economia amazense.

Inúmeros produtos amazônicos já foram patenteados por empresas estrangeiras, o caso mais famoso é o do açaí que foi patenteadado pela empresa japonesa K.K. Eyela Corporation. Além do açaí, também o cupuaçu, a andiroba, a acerola, o camu-camu, o bibiri, a espinheira santa¹⁶. Essas empresas utilizam o conhecimento milenar de indígenas e nativos locais, além da matéria-prima, e as usam com finalidades lucrativas que não beneficiam a população de onde originou este conhecimento ou forneceu a matéria-prima.

Segundo o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), somente no ano de 2006 estima-se que houve um prejuízo diário de U\$\$ 16 milhões em função dos produtos brasileiros patenteados por empresas estrangeiras que impedem que o país comercialize seus próprios produtos e ainda exigem royalties para importá-los.

Esse tipo de prática é considerado um crime segundo a Convenção da Diversidade Biológica criada pelas Nações Unidas durante a ECO92, realizada no Rio de Janeiro, na qual vários países, incluindo o Brasil, assinaram.

¹⁶ Para informação mais detalhada ver o artigo de Alfredo Kingo Homma, pesquisador da Embrapa, empresa brasileira de pesquisa vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O título do artigo, Biodiversidade e Biopirataria na Amazônia: como reduzir os riscos? Disponível em: [http://www.embrapa.br/file:///C:/Users/samsung/Downloads/PP6-artigo4%20\(1\).pdf](http://www.embrapa.br/file:///C:/Users/samsung/Downloads/PP6-artigo4%20(1).pdf) Acesso em: 07/10/2016.

II. O CUIDADO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

Em encontros com indígenas na Bolívia, em 2015, e no México, em 2016, papa Francisco pediu perdão aos povos originários, em nome da Igreja, “pelos crimes cometidos contra os povos nativos durante a chamada conquista de América”.

Num discurso considerado histórico, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia, afirmava:

... alguns podem dizer que quando o Papa fala de colonialismo, ele se esquece de algumas ações da Igreja. Mas eu digo isso a vocês com lamento: muitos pecados foram cometidos contra os povos latinos em nome de Deus. (...) Eu humildemente peço perdão, não apenas pelas ofensas da Igreja em si, mas também pelos crimes cometidos contra povos nativos durante a chamada conquista da América.¹⁷

No México em 2016, na cidade colonial San Cristobal de las Casas, capital do estado mais pobre do México, Chiapas, se dirigia aos povos originários:

Muitas vezes, de maneira sistemática e estrutural, os vossos povos foram alvo de incompreensão e excluídos da sociedade. Alguns consideraram inferiores seus valores, cultura e tradições, (...) e isso é muito triste. O que nos faria bem, a todos nós, seria um exame de consciência e aprender a pedir perdão.¹⁸

No documento de Aparecida se reconhece que “o Evangelho chegou a nossas terras em meio a um dramático e desigual encontro de povos e culturas” (DAp 4). O intelectual amazônico Márcio Souza afirma que eram dois mundos radicalmente distintos,

entre o mundo dos homens ibéricos e o mundo dos índios só era possível a construção de uma tênue ponte, quer esta se chamasse assombro, curiosidade e medo. No geral, porém, imperou a tru-

¹⁷ Discurso do papa em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 2015. Disponível em: [http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_\(texto_integral\)/1157336](http://pt.radiovaticana.va/news/2015/07/10/discurso_do_papa_aos_movimentos_populares_(texto_integral)/1157336). Acesso em: 10/10/2016.

¹⁸ Discurso disponível em: http://w2.vatican.va/content/francesco/pt/homilies/2016/documents/papa-francesco_20160215_omelia-messico-chiapas.html. Acesso em: 10/10/2016.

culência piedosa dos missionários e a ganância dos conquistadores. E quase nada mudou em cinco séculos.¹⁹

Contudo, mesmo ao interno dum projeto colonizador, como realça o historiador Frei Hugo Fragoço, os missionários trouxeram aos indígenas “um algo mais”, que estes souberam apreciar.²⁰

Aparecida convida a contemplar os rostos daqueles que sofrem hoje na América latina, faz uma extensa lista, mas os primeiros nomeados são as comunidades indígenas e afro-americanas (*Dap* 65). Do mesmo modo na mensagem final, numa bela oração expressa o desejo e a esperança de “valorizar e respeitar nossos povos indígenas e afrodescendentes”.

Por outra parte, diante duma das maiores crises ambientais da história, é reconhecida a grande contribuição que os povos indígenas podem dar ao mundo pela forma como tratam a Mãe Terra, com respeito, veneração e harmonia.²¹ Os povos originários são referência viva dum outro modo de habitar a Casa Comum, de produzir, de distribuir e de consumir em consonância com os ritmos da natureza, na equidade e na participação dos bens e serviços naturais.

Na Amazônia brasileira, a grande maioria das comunidades indígenas, aproximadamente 180 povos, vive em terras coletivas, declaradas ou em processo de demarcação pelo governo federal para seu usufruto exclusivo. Nos estados da Amazônia Legal brasileira a população de pessoas indígenas, conforme o Censo IBGE 2010, é de 433.363, sendo que um 20% destas mora em núcleos urbanos.²²

¹⁹ SOUZA M. *Amazônia indígena*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p 136.

²⁰ FRAGOÇO H. “A era missionária (1686-1759)”, em: HOORNAERT E. (Coord.), *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis, RJ: editora Vozes, 1992, p 181-182.

²¹ Cf. FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si’, sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulus, 2015, n 146. Ver também, GUDYNAS E. Bem-Viver: germinando alternativas ao desenvolvimento. In: ALAI, 462 (fevereiro 2011), pp 1-20.

²² Dados organizados pelo Instituto Socioambiental Brasileiro. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/c/0/1/2/populacao-indigena-no-brasil>. Acesso em: 15/10/2016.

Também a Amazônia brasileira é lar para um grande número de tribos isoladas, mais do que em qualquer outro lugar no mundo. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), acredita-se que existam pelo menos 100 grupos de índios isolados na parte brasileira da floresta amazônica.²³

Breve resgate histórico

A Amazônia, com sua natureza exuberante e ao mesmo tempo frágil, acolheu uma grande diversidade de povos, ao longo da história, no interior de suas matas e na beira dos rios. Depois da Conquista, em 1500, estes povos passaram a ser chamados, genericamente, de indígenas.

Os relatos dos cronistas das primeiras viagens de portugueses e espanhóis, ao longo dos rios Solimões e Amazonas, nos séculos XVI e XVII, fazem inúmeras referências à abundância de alimentos que encontraram em todas as povoações ao longo dos rios principais e de seus afluentes, à alta densidade populacional de numerosas “nações” que habitavam a região. Calcula-se que, no início da colonização, havia entre três e cinco milhões de pessoas.²⁴

A perspectiva histórica desses povos foi interrompida de forma brusca e violenta pelo projeto colonial que, valendo-se da guerra, da escravidão, da ideologia religiosa e das doenças, provocou na Amazônia uma das maiores catástrofes demográficas da história da humanidade, além de um etnocídio sem precedentes.

A participação da Igreja no processo, que teve nos jesuítas sua atuação mais marcante, presa à Coroa portuguesa pelo regime do padroado e movida pela missão de converter os índios ao cristianismo, foi incapaz de perceber o valor das culturas e, portanto, o projeto histórico desses povos.²⁵ Mesmo assim, muitos

²³ Informação disponível em: <http://www.survivalinternational.org/povos/indios-isolados-brasil>. Acesso em: 15/10/2016.

²⁴ Cf. CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2007. *Fraternidade e Amazônia*. Brasília: Edições CNBB, 2006.

²⁵ Cf. SOUZA M. *Amazônia indígena*, pp 57-131.

missionários foram perseguidos, presos e expulsos porque denunciaram a violência e a injustiça praticadas contra os índios.²⁶

Os estudos do antropólogo Moreira Neto, além de registrar o descenso numérico dos indígenas, analisam o aparecimento do *tapuio* como o índio destribalizado, genérico que surge dos aldeamentos missionários, que vai configurar a sociedade amazônica que emerge do Regime das Missões tanto genética como culturalmente como uma sociedade essencialmente indígena.²⁷

A violenta repressão à Revolução Cabana, que teve grande adesão indígena na primeira metade do século XIX, reduziu ainda mais a população nativa. Muitos dos povos indígenas sobreviventes, que se refugiaram nas terras firmes dos altos dos rios, foram posteriormente alcançados pelo extrativismo da borracha, para o qual foram trazidas levas de nordestinos que, mantidos na condição de semiescravos pelo sistema de aviamento, viram-se obrigados a invadir territórios indígenas pela força. Milhares de índios e nordestinos morreram para sustentar a opulência da elite da borracha.

Os massacres contra os povos indígenas voltariam a se repetir, já recentemente, a partir das décadas de 1960 e 1970, com as políticas de desenvolvimento e integração da Amazônia que começaram a rasgar a floresta com a abertura de estradas como a Transamazônica, a Belém-Brasília, a BR 364, a BR 174 e a Perimetral Norte. Povos como os Waimiri-Atroari, Yanomami, Arara, Parakanã, Cinta Larga e Nambikwara, entre muitos outros, foram duramente atingidos, inclusive por expedições de extermínio com participação do poder público.²⁸

²⁶ Cf. HOORNAERT E. (coord.) *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1992, pp 121-139.

²⁷ Cf. MOREIRA NETO C. *Índios da Amazônia*. De maioria a minoria, 1750-1850. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1988.

²⁸ Cf. Relatórios do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Disponível na web: <http://www.cimi.org.br>

A década de 1970 marca um novo capítulo na luta e resistência indígenas. Os povos indígenas, apoiados sobretudo pela Igreja, por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), começaram a encontrar-se e a discutir seus problemas em grandes assembleias indígenas. Ocupando espaços nos meios de comunicação, denunciaram o projeto oficial de extermínio de uma Ditadura Militar que propunha o fim dos índios até o ano de 1998. Os povos indígenas conseguiram que a Constituição Federal de 1988 assegurasse seus direitos históricos à terra e o reconhecimento de suas organizações sociais. Constituíram variadas formas de articulação e organização para fazer avançar concretamente as conquistas legais.

Atualidade dos povos indígenas

A Constituição de 1988 assegurou aos povos indígenas seu direito a terra, o respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Mas, agora, esses ‘territórios da diversidade’ estão sob intenso ataque de interesses políticos e econômicos, em especial, do agronegócio, da mineração e do hidronegócio, como é o caso da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, que ameaça diretamente o modo de vida do povo Munduruku.

Existem atualmente mais de 200 projetos de lei em tramitação no Congresso que visam enfraquecer a legislação e retirar direitos garantidos aos povos indígenas. Não por acaso, em 2015 foram registrados cerca de 100 conflitos por território envolvendo mais de 16 mil famílias indígenas, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

O carro chefe é a Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215), que tramita no legislativo aproximadamente há quinze anos. Ela pretende transferir do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas. Segundo a interpretação das lideranças e de entidades defensoras dos direitos indígenas, a PEC 215, na prática, “paralisaria e inviabilizaria a demarcação ou a ampliação de áreas de povos tradicionais. Com

isso as propriedades ficariam acessíveis à exploração hidrelétrica, de mineração e do agronegócio”.²⁹

Dom Roque Paloschi, presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em abril de 2016, fez comunicado, durante a Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sobre a situação dos povos indígenas, afirmando que, “em nosso Brasil, os povos indígenas continuam sendo flagelados e crucificados”.³⁰ Em carta enviada ao papa Francisco em junho de 2016, Dom Roque afirma o seguinte:

*Vivemos no Brasil uma situação desesperadora diante do sofrimento dos nossos primeiros habitantes; a indiferença, o avanço dos grandes projetos do agronegócio, a construção de grandes hidrelétricas, a mineração, e a devastação do meio ambiente em geral. Isso tudo traz consequências desastrosas aos povos indígenas. A ONU tem denunciado em particular a violência contra os Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Os Guarani Kaiowá tem visto o direito às suas terras ser negado, além de sofrerem repetidas violências de grupos paramilitares e o continuado desrespeito do próprio Estado. Estudiosos chegam a afirmar haver um genocídio do povo Guarani Kaiowá.*³¹

A relatora especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas Victoria Tauli-Corpuz, visitou o Brasil e em setembro de 2016 apresentou ao Conselho Dos Direitos Humanos da ONU o relatório da viagem concluindo que os povos indígenas brasileiros enfrentam atualmente riscos mais graves do que em qualquer outro momento desde a adoção da Constituição de 1988. Ela afirma no documento,

²⁹ Cf. Artigo publicado em Carta Capital. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/pec-215-e-aprovada-em-comissao-da-camara-quais-os-proximos-passos-6520.html>. Acesso em: 18/10/2016.

³⁰ Conferir o texto completo no site do Instituto Humanitas Unisinos. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/553770-em-nosso-brasil-os-povos-indigenas-continuam-sendo-flagelados-e-crucificados>. Acesso em: 19/10/2016.

³¹ Reportagem com o texto íntegro da carta publicado no jornal Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/06/30/papa-recebe-denuncias-de-violencias-contra-povos-indigenas/>. Acesso em: 19/10/2016.

*os desafios enfrentados por muitos povos indígenas do Brasil são enormes. As origens desses desafios incluem desde a histórica discriminação profundamente enraizada de natureza estrutural, manifestada na atual negligência e negação dos direitos dos povos indígenas, até os desdobramentos mais recentes associados às mudanças no cenário político.*³²

Em setembro de 2016, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) publicou o relatório “Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015”. Nele se evidencia a permanência do quadro de omissão dos poderes públicos em relação aos direitos dos povos indígenas, especialmente em relação ao direito à terra, o que impacta drasticamente no direito deles viverem de acordo com o seu modo tradicional, ambos reconhecidos e garantidos pela Constituição Federal.³³

Como em anos anteriores, em 2015 pouco se avançou nos processos de regularização das terras indígenas. De acordo com a Constituição Federal, todas as terras tradicionais indígenas deveriam ter sido demarcadas até 1993, cinco anos após a promulgação da Constituição. No entanto, de acordo com o levantamento do CIMI, de 31 de agosto de 2016, 654 terras indígenas no Brasil aguardam atos administrativos do Estado para terem seus processos demarcatórios finalizados. Esse número corresponde a 58,7% do total das 1.113 terras indígenas do país.

Os dados evidenciam que em 2015, também permaneceu a situação de constante invasão e devastação das terras demarcadas; assim como se manteve a realidade de agressões às pessoas que lutam por seus legítimos direitos, com casos de assassinatos (137), espancamentos e ameaças de morte, dentre outros; e permaneceu ainda um assustador número de morte de crianças até 5 anos, em muitos casos por doenças facilmente tratáveis.

³² Ver a reportagem e o Relatório na web das Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/situacao-dos-povos-indigenas-no-brasil-e-a-mais-grave-desde-1988-diz-relatora-da-onu/>. Acesso em: 19/10/2016.

³³ Ver o Relatório na web do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatorioidados2015.pdf>. Acesso em: 19/10/2016.

Chama atenção o agravamento do número de perversos ataques milicianos contra os frágeis acampamentos das comunidades Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Até mesmo inaceitáveis práticas de tortura com requintes de crueldade, como a quebra de tornozelos de anciãos, foram realizadas. Neste caso específico, em outubro, no tekoha Mbaracay, município de Amambai, após um desproporcional ataque com armas de fogo.

Nas análises publicadas no relatório, o CIMI avalia que a ofensiva sobre os direitos indígenas realizada pelos Três Poderes, e protagonizada especialmente pela bancada ruralista no Congresso Nacional, assim como pelo Executivo em relação à omissão nas demarcações de terras, é diretamente responsável pela permanência do quadro de severa violência e violações aos povos indígenas no Brasil, assim como pelo agravamento dos cruéis ataques no Mato Grosso do Sul.

Nesse contexto, em um dos textos da apresentação, o secretário executivo do CIMI, Cleber César Buzatto, ressalta a agudez da criminalização em 2015.

A tentativa de criminalizar lideranças indígenas, profissionais de antropologia, organizações e pessoas da sociedade civil que atuam em defesa dos projetos de vida dos povos indígenas no Brasil também foi intensificada pelos ruralistas em 2015.

Buzatto, referindo-se, por exemplo, às Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) contra o CIMI, instalada na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul, e a da Funai e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instalada na Câmara dos Deputados.

CONCLUSÃO

O exercício da misericórdia neste contexto amazônico nos mostra aspectos essenciais do chão que pisamos, parafraseando alguns teólogos latino-americanos, nos mostram o mais real da realidade, o reverso da história.

Habitar na floresta com a maior biodiversidade do planeta, santuário da vida ameaçado e ferido, conviver com a violência estrutural que flagela os povos originários, deveria qualificar, enriquecer e ao mesmo tempo questionar a nossa prática missionária e a nossa espiritualidade.

No XIV Capítulo Geral, em Guadalajara, México, se concluiu e publicou o documento sobre “A missão dos Xaverianos no limiar do terceiro milênio”, a *Ratio Missionis* Xaveriana. Na apresentação do texto se diz, “as Circunscrições têm agora o desafio, a partir desse texto, de focalizar a própria missão de acordo com as características das diferentes Igrejas, culturas e situações”. Se a *Ratio Missionis* Xaveriana local de cada região não for elaborada num processo de reflexão sério, em diálogo com a cultura e situação local, e participativo, ela vai acontecendo na prática com as escolhas, prioridades e decisões tomadas a cada capítulo regional. Parece ser que o cuidado e salvaguarda da criação assim como o cuidado e a justiça para com os povos originários e culturas minoritárias e pessoas marginalizadas podem fazer parte do “rosto da missão hoje” não só da Amazônia e Latino América, mas também da nossa congregação³⁴ e da Igreja Universal.³⁵

A nossa espiritualidade xaveriana, que encontra “Cristo no homem e na história” (*RMX* 25.1), queda ulteriormente conformada pelo chão, a natureza, a história, a cultura e vida amazônicas. Uma espiritualidade marcada pela exuberância da floresta, por uma nova relação com a mãe Terra, espiritualidade da vida e da compaixão libertadora perante os crucificados da história. Uma espiritualidade que vira paradigmática para o mundo todo. Escreve papa Francisco na *Laudato Si'*:

³⁴ Ver nos documentos do último Capítulo Geral o número 71 que intitula: “impegno per la giustizia, la pace e la salvaguardia del creato”.

³⁵ Ver a proposta de papa Francisco sobre a “ecologia integral”, na encíclica *Laudato Si'*, sobre o cuidado da casa comum. Ver também o seu discurso no III Encontro Mundial de Movimentos Populares em Roma, novembro de 2016.

Como nunca antes na história, o destino comum obriga-nos a procurar um novo início (...). Que o nosso seja um tempo que se recorde pelo despertar de uma nova reverência adiante da vida, pela firme resolução de alcançar a sustentabilidade, pela intensificação da luta em prol da justiça e da paz e pela jubilosa celebração da vida. (LS 207)

A história da evangelização na Amazônia ao interno dum projeto colonizador mostrou-nos a incapacidade de reconhecer a alteridade, o respeito e aceitação da cultura do outro, salvo honrosas exceções. A nossa congregação chama a atenção sobre a importância do diálogo nos documentos e capítulos³⁶ lembrando que o diálogo é, antes de tudo, uma atitude essencial para o missionário e deve ser uma atitude para as nossas comunidades e no encontro com os outros. “Diálogo” é método constitutivo da missão hoje.

Este caminho e atitude vai nos ajudar a superar o viés colonialista, a tentação do etnocentrismo (Cf. *RMX* 44.2) e nos encaminhar para uma missão “mais discreta, humilde, solidária, propositiva, fundada mais sobre o “ser” que sobre o “fazer” (...) uma missão mais simples e espiritual fundada sobre o testemunho cristão” (*XVCG* 46).

³⁶ Ver C.13; *RMX* 67; XV CG 53-54; XVI CG 70. Ver também a última carta circular da Direção Geral, de junho de 2016: Diálogo e acculturazione nella pratica missionaria xaveriana.